ISSN 2359-053x

ANO 7 - NÚMERO 94 - AGO 2022

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

AMAZÔNIA, TERRITÓRIO EM DISPUTA:

O CONFLITO ARMADO NO NORDESTE DO PARÁ E O PAPEL DE QUINTINO LIRA DA SILVA

p. 08

ARQUEOLOGIA
Serranópolis: Patrimônio esquecido
p. 18

CONSCIÊNCIA NEGRA
10 Anos da Lei das Cotas: "cota não é esmola"
p. 22

HISTÓRIA SOCIAL
A Casa do Índio: uma história esquecida
p. 32

Somos todos Caixa Econômica Federal, instituição fundamental para a estabilização econômica e para a manutenção do nível do emprego e da renda, vinculados à expansão da demanda agregada do país. O que nos move é o sentimento do abraço que se entrelaça com outros braços para a partilha, o cuidado e o amparo da coisa pública, juntos e misturados com o povo brasileiro.

Classificamos a Caixa Econômica como instituição financeira pública símbolo da competência e sucesso do país. Defendê-la é um ponto de honra. Falamos de um banco com projetos sociais em todo o Brasil. Não imaginamos o nosso país sem um banco com a capilaridade da Caixa, imprescindível para a justiça social. Ser patriota é defender o que é nosso.

A campanha #SOMOSTODOSCAIXA possui a força de uma semente, com raízes, troncos, ramos, folhas, flores e frutos fincados no chão da cidadania do nosso país. A Caixa representa a alternativa que o Brasil deve abraçar para

#SOMOSTODOSCAIXA

a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentável, com oferta de crédito e investimentos públicos em habitação, saneamento e infraestrutura.

A valorização de todas as empregadas e todos os empregados do banco poderá ajudar o Brasil a reinventar-se na perspectiva de mais democracia e mais participação popular.

Nosso movimento sonha e se mobiliza para fazer um país que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro. Assim é a campanha #SOMOSTODOSCAIXA, cujo saldo registra a vontade do pessoal do banco em abraçar um Brasil mais público e mais social.

O Pessoal da Caixa abre os braços
pra junto com o povo brasileiro fazer este país
Campanha da FENAE em defesa da Caixa pública e social
e da valorização do Pessoal da Caixa

> **Se todos nós dermos as mãos, quem sacará as armas?**
>
> Bob Marley

COLABORADORES/AS - AGOSTO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Beatriz Haruka** – Jornalista. **Cícero Pedrosa Neto** – Jornalista. **Cleiton Santos Silva** – Líder Sindical. **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Emir Bocchino** – Designer Gráfico. **Emir Sader** – Jornalista. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Glória Moura** – Pesquisadora. **Iêda Leal de Souza** – Professora. **Janaina Faustino** – Gestora ambiental. **José Ribamar Bessa Freire** – Professor. **Kleytton Morais** – Dirigente Sindical. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Manuela Carneiro da Cunha** – Antropóloga. **Maria Maia** – Poeta. **Mauro Almeida** – Antropólogo. **Paulo Roberto Ferreira** – Jornalista. **Pedro Tierra** – Poeta. **Samuel Santos Leão e Silva** – Jornalista. **Valéria Guerra Reiter** – Escritora. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista (*in memoriam*).
Zezé Weiss – Jornalista. **Ailton Krenak** – Escritor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Andréa Luísa Teixeira** – Professora. **Andrea Matos** – Sindicalista. **Ângela Mendes** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Jornalista. **Binho Marques** – Professor. **Cleiton Silva** – Sindicalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** – Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Graça Fleury** – Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** – Poeta. **Iêda Leal** – Educadora. **Iêda Vilas-Bôas** – Escritora (*in memoriam*). **Iolanda Rocha** - Professora. **Jacy Afonso** – Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** – Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** – Escritor. **Júlia Feitoza Dias** – Historiadora. **Kleytton Morais** – Sindicalista. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Lucélia Santos** – Atriz. **Lúcia Resende** – Revisora. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** – Jornalista. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata. **Trajano Jardim** – Jornalista.

CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. **Eduardo Pereira** – Produtor Cultural. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** –Economista.

Neste agosto de resistência, nossa matéria de capa, produzida por nosso conselheiro Gilney Viana, em parceria com o jornalista Paulo Roberto Ferreira, conta a história da luta camponesa na chamada Gleba Cidapar, o conflito armado que ocorreu entre 1981 e 1985, no Nordeste do Pará, sob a liderança de Quintino Lira da Silva.

Gilney e Paulo relatam belamente a história do conflito, ocorrido em um território densamente povoado, durante a ditadura militar, onde *"os camponeses lutaram com apoio externo, mas preservaram sua autonomia política; travaram a luta pacífica e só assumiram a autorresistência armada quando atacados em suas colônias; passaram à forma de guerrilha com tropa e comando próprios, sustentados e apoiados pelas comunidades..."*

Mas não é só isso. Esta edição está repleta de bons textos, escritos em sua maioria por nossos Conselheiros e Conselheiras. Vale a pena ler tudinho, página por página. Ah, no mês que vem, vamos celebar o Cerrado, com uma matéria do professor Altair Sales Barbosa. E vamos celebrar o Jaime, nosso editor, que faria aniversário em setembro e gostava de dizer, especialmente nessa época, que a Vida é Dez!

Boa Leitura!

Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

A capa da edição de julho ficou linda. Parabéns!
Fábio Lacerda – Brasília – DF

Não consigo descrever a minha emoção. É como acordar recebendo um presente dos sonhos. É mais que isso! Nem sei como agradecer também. Eu viajei na minha história. Eu voltei no tempo. Eu vi meu pai de novo, numa lembrança linda! Enquanto escrevo, choro.
Vereadora Professora Nilza – Formosa – GO

Muito feliz com meu livro produzido pela Xapuri Editora.
Gilney Viana – Brasília – DF

Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 94

AGO 22

08 **CAPA**
Amazônia, território em disputa: o conflito armado no nordeste do Pará e o papel de Quintino Lira da Silva

15 **BIODIVERSIDADE**
As florestas da Amazônia: como é possível ter tantas espécies?

18 **ARQUEOLOGIA**
Serranópolis: patrimônio esquecido

21 **ECOLOGIA**
As sementes suicidas

22 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
10 Anos da Lei das Cotas: "cota não é esmola"

24 **CONJUNTURA**
A Esquerda Brasileira, de um século a outro

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **HOMENAGEM**
Um beijo pro Gordo!

28 **CULTURA**
Por uma cultura de paz: a revolução cultural necessária

32 **HISTÓRIA SOCIAL**
A Casa do Índio: uma história esquecida

35 **LITERATURA**
Do violeta ao vermelho sou cor por inteiro

36 **GASTRONOMIA**
Molho branco vegano

40 **MEIO AMBIENTE**
Ailton Krenak: os humanos serão despachados da Terra por mau comportamento

43 **MITOS E LENDAS**
O homem que virava onça

46 **SUSTENTABILIDADE**
Povos Indígenas: nossos mestres e doutores

48 **UNIVERSO FEMININO**
Bia de Lima, Bia de luta!

AMAZÔNIA, TERRITÓRIO EM DISPUTA:

O CONFLITO ARMADO NO NORDESTE DO PARÁ E O PAPEL DE QUINTINO LIRA DA SILVA

Gilney Viana e Paulo Roberto Ferreira

Foto: Roberto Ferreira

No período de 1981 a 1985 ocorreu no Nordeste do Pará um conflito pela posse e pelo uso da terra, mais conhecido como o conflito da Gleba Cidapar. Posseiros, quilombolas, colonos e indígenas que já ocupavam a área de 387 mil hectares, enfrentaram os fazendeiros, grileiros e empresas lideradas pelo consórcio Joaquim de Oliveira S/A Participações (Josapar) e o Banco Denasa de Investimentos S.A. (DENASA), que tentaram apoderar-se das terras, localizadas entre os rios Gurupi, Piriá, Coaraci-Paraná e a rodovia BR-316, que liga o Pará ao Maranhão.

Esse conflito se diferenciou de outros ocorridos durante a ditadura militar por várias razões. O território, para além da gleba Cidapar, era densamente povoado; os camponeses lutaram com apoio externo, mas preservaram sua autonomia política; travaram a luta pacífica e só assumiram a autorresistência armada quando atacados em suas colônias; passaram à forma de guerrilha com tropa e comando próprios, sustentados e apoiados pelas comunidades, quando o grupo Josapar, com apoio policial, passou a praticar uma política de terrorismo contra as comunidades e extermínio de suas lideranças.

Foi nesse contexto que emergiram as figuras dos camponeses Quintino, Abel e Minzinho, comandantes guerrilheiros, ou melhor, gatilheiros, como preferiam ser chamados.

Foto: Roberto Ferreira

INCENTIVO, FRAUDE E GRILAGEM

Em 1968 surgiu a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará S/A (Cidapar), incentivada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que, em manobra considerada fraudulenta, conseguiu aumentar o tamanho da área, que, no documento, passou de 60.984 hectares para 387.355,79 hectares, por ocasião do registro no Cartório de Registros de Imóveis de Viseu, em 16/01/1969, sobrepondo-se às posses dos pequenos agricultores e à terra indígena Tembé. Mais tarde, o Instituto de Terra do Pará (Iterpa) identificou a fraude e negou regularização, caracterizando como grilagem.

Falida, a Cidapar foi sucedida pelo DENASA, credor do empreendimento. O banco repassou as terras a mais de uma dezena de empresas do Sul, dentre as quais o grupo Joaquim Oliveira S/A Participações, ao qual se associou para formar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará S/A, agora com a sigla Propará, que organizou um verdadeiro exército de pistoleiros para fazer a limpeza da área, isto é, expulsar os posseiros, quilombolas e indígenas. Encontrou resistência.

O TERRITÓRIO EM DISPUTA

O território deflagrado correspondia, em 1980, a áreas dos municípios de Viseu, Capitão Poço e Ourém e contava com 19.192 estabelecimentos rurais, dos quais 12.771 estabelecimentos familiares. Sua maior concentração estava na área pretendida pela Josapar/Denasa, dentre os rios Gurupi e Piriá, epicentro do conflito, município de

Foto: Roberto Ferreira

Viseu, com 11.112 estabelecimentos rurais, dos quais 9.974 (89,75%) unidades camponesas que se distribuíam por dezenas de povoados e vilas. A área de ocupação mais antiga, garimpeira e quilombola, fica mais próxima ao rio Gurupi, cujas entradas partiam da rodovia BR-316 no sentido Sul: Cachoeira, Barraca de Farinha, Maxixe, Alegre, Encruzo, Baixinhos e outras.

Foi onde se estabeleceu a Propará e sua tropa de choque – visando ao lucro rápido, por meio da extração de madeira e mineração de ouro, nos garimpos do Galdino e Onça; e também onde primeiro se organizou a resistência que vai gerar a liderança militar de Abel, e a liderança política sindical de Luís Gaspar (área 1 do mapa).

Ainda na Gleba se distinguia a área de ocupação mais recente, também conhecida como zona de mata, de unidades camponesas, com várias povoações, acessada pela estrada vicinal, a partir do Km 74 (da BR-316) até a vila Japim, de onde atravessavam o rio Piriá e adentravam propriamente a gleba Cidapar: Vila do Cristal (a maior), Guajará, Faveira e outras (área 2), cuja principal liderança política era o Francisco Vasques, conhecido como Chico Barbudo. É ali que foi o principal campo de luta, com um coletivo de representantes das comunidades, sediado na Vila Cristal, e um corpo unificado de gatilheiros, com dezenas de combatentes.

A área de ocupação mais recente (fora da gleba Cidapar), partia do Km 64 da BR-316 e acessava as vilas do Broca, Pau de Remo e Vila Nova do Piquiá, cujo conflito gerou a liderança de Quintino (área 3). E finalmente a área de Serra Azul, bem ao sul e ao final do conflito, onde despontará a liderança de Minzinho (área 4). E, mais abaixo, estava estabelecido o povo indígena Tembé Tenetehara, cujas terras eram pretendidas pela Josapar/Denasa e também por posseiros e grileiros.

GATILHEIROS E SUAS TÁTICAS

No dia 8 de janeiro de 1981, ocorreu uma reunião rotineira da comunidade, na Vila do Alegre, da qual Sebastião Souza de Oliveira, o Sebastião Mearim, era o líder da delegacia sindical. Após se recolher à sua casa, alguém bateu na sua porta e, quando foi abri-la, recebeu uma carga de chumbo, causando sua morte imediata.

Correu a informação que uma pessoa conhecida da comunidade fora autora do tiro, contratada por um pistoleiro, supostamente da Josapar. Oito dias depois celebrou-se uma missa pelo padre Paolo Maria Catel, missionário barnabita, que dirigia a paroquia da vila Km 47 (hoje município de Santa Luzia do Pará), acompanhada por representantes da CPT, FASE que trabalhavam na assessoria das comunidades, e de representantes da sociedade civil de Belém, entre as quais a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

Naquela época já circulava a informação da existência de uma lista de lideranças sindicais e comunitárias que seriam eliminadas. Duas consequências: o movimento se organizou politicamente para denunciar a violência e pedir ao governo estadual a retirada dos pistoleiros; e organizou uma rede de vigilância armada nas comunidades, marco simbólico da resistência.

A OFENSIVA DA PROPARÁ

A empresa Propará se instalou na antiga sede da Cidapar, à altura do Km 110, colocando guarita com guarda armada e várias correntes na principal entrada de acesso às vilas do Alegre, Baixinhos e outras. Eliminou o caminho de serventia e passou a controlar o fluxo dos camponeses; estabeleceu horários de circulação e, finalmente, colocou mata-burros nas estradas para impedir o trânsito de animais de carga com os produtos dos camponeses. A polícia privada da Propará, comandada pelo "capitão" James Vila Lopes, usava uniforme camuflado, semelhante ao das Forças Armadas, utilizava helicóptero e armas automáticas.

Para intimidar as comunidades, fazia voos rasantes com o helicóptero, de onde atirava nas casas e animais de criação. Diante da resistência das comunidades, tentou invadir a Vila do Alegre, em 1982, não o conseguindo devido a autorresistência armada.

A partir de 1982, a polícia privada ostensivamente ameaçavam os posseiros e suas famílias, havendo registros de casos de violência e de estupro de filhas dos posseiros. Ali também houve resistência, quando o pessoal do Guajará, liderado por Chico Barbudo e Osvaldo Sousa do Nascimento, o Teixeirão, embargaram o pico.

QUINTINO ENTRA EM CENA NO BROCA

Fora da gleba Cidapar, na margem esquerda do rio Piriá, a partir do Km 64, onde surgiram as vilas do Broca, Pau de Remo e Vila Nova do Piquiá, já no município de Ourém, estabeleceu-se um conflito na chamada fazenda Cambará, onde um novo proprietário pretendia expulsar os posseiros, com ameaças e pisoteio de gado nas plantações dos agricultores.

Além disso, recorreu à justiça que lhe deu ganho de causa, mas o obrigou a indenizar os ocupantes. Alguns aceitaram outros não, e dentre os que reagiram, por considerarem irrisória a indenização, estava Quintino Silva Lira.

Diante da resistência, o fazendeiro Cláudio Jose da Costa, o Cláudio Paraná, contratou pistoleiros que assassinaram Manuel Nunes ("Bragança") no dia 13/02/1982, gerando uma revolta coletiva. A fazenda foi invadida por dezenas de posseiros.

O proprietário e os pistoleiros fugiram. Quando retornaram, Quintino, com apoio de um grupo de posseiros, eliminou-os sucessivamente, Claudio Paraná, o fazendeiro, no dia 28/10/1982; Luís

Foto: Roberto Ferreira

Foto: Roberto Ferreira

Paraná, o capataz, em 01/01/1983; e um camponês a serviço da viúva do fazendeiro que ameaçou matar Quintino, no dia 13/07/1983.

A juíza de Ourém decretou a prisão de Quintino, mas sua fama de justiceiro correu longe e logo a seguir foi convidado pelas lideranças do Cristal, a assumir o comando da luta armada contra os pistoleiros da Josapar/Denasa.

FRUSTRAÇÃO COM O GOVERNO E ECLOSÃO DA GUERRILHA

Nas eleições de 1982, o candidato da oposição, Jader Barbalho (PMDB), assumiu dois compromissos que não cumpriu: expulsar os pistoleiros e regularizar a posse das terras. No dia 15 de setembro de 1983 uma caravana, com 1.200 pessoas da região, desceu até Belém e travou um debate bastante grave com o vitorioso governador e sua equipe.

No princípio houve alguma esperança diante do oferecimento de advogados para fazer a defesa dos posseiros. Mas em pouco tempo as lideranças perceberam que tudo não passava de uma cortina de fumaça, já que o governo estadual estava atrelado aos grupos empresariais liderados pela Federação das Indústrias e Federação da Agricultura.

A alternativa para o jogo de morde e assopra do governador Barbalho foi a unificação do movimento para o enfrentamento armado com a polícia privada da Josapar/Denasa. Quintino adentrou a Gleba Cidapar e estabeleceu um comando na vila do Faveiro, mas se movimentando sempre por todo o território, coordenando as ações do seu grupo com o grupo do Abel, agindo conjunta ou separadamente, conforme a dimensão do combate, ou ação de "fogo", como diziam.

No mês de dezembro de 1983, os pistoleiros assassinaram quatro lideranças camponesas. Os gatilheiros reagiram e eliminaram dezenas de pistoleiros a serviço do grupo empresarial, cuja polícia privada foi formalmente desativada, em agosto de 1984, para que a Polícia Militar assumisse o combate aos gatilheiros.

Os alvos principais da resistência armada eram os pistoleiros da Propará, as instalações das empresas e fazendeiros que também atuavam como pistoleiros. No período de setembro de 1983 a dezembro de 1984, os gatilheiros atacaram mais de uma dezena de alvos, destacando-se a eliminação do pistoleiro Heleno Issuo Nishi, em 23.03.1984, segundo na estrutura da polícia privada; o enfrentamento ao próprio "capitão James", alvejando o seu helicóptero; e para desmoralizar a empresa o ataque ao garimpo do

Galdino (principal investimento da Josapar/Propará) comandado por Quintino e Abel com 30 homens armados, no dia 01/08/1984; e, finalmente, a eliminação do fazendeiro Florisvaldo de Oliveira Ferreira em agosto de 1984, conhecido pela sua participação ativa nas comitivas policiais que invadiram as comunidades e pelo seu sadismo diante das mulheres dos posseiros.

O coronel Cleto da Fonseca, no comando da tropa da Polícia Militar, passou à ofensiva, ocupando o território com centenas de homens, invadindo vilas, aterrorizando a população, promovendo prisões ilegais e torturas. Diante das denúncias publicadas na imprensa e da reação da sociedade civil de Belém, o governador Barbalho enviou dois oficiais da PM a procura de Quintino propondo uma trégua de três meses, para tentar, junto ao governo do general João Batista Figueiredo, a desapropriação das terras para efeito de reforma agrária.

O general Danilo Venturini, titular do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, condicionou: a solução da questão agrária só seria possível com a eliminação da resistência camponesa armada.

Informadas, as lideranças do movimento buscaram apoio político para pressionar o governo estadual, visando barrar a ofensiva policial militar, que contava com apoio do Centro de Informação do Exército.

O comando militar do movimento tomou duas atitudes de grande efeito político: Quintino deu entrevista ao jornalista Paulo Roberto Ferreira, que a publicou no jornal O Liberal, em 01/08/1984 – justificando a resistência armada diante da violência dos pistoleiros e da polícia, mostrando que não eram pistoleiros e sim gatilheiros que agiam em defesa dos colonos; e Quintino, com parte de sua tropa, adentrou na cidade de Viseu (distante 180 quilômetros da área do conflito), onde foi bem recebido pela população e chegou a gravar um depoimento para o dono do cartório de registro civil, que disponibilizou o conteúdo para uma emissora de rádio de grande alcance no interior do Pará.

Foto: Roberto Ferreira

GENERAL EXIGE FIM DO GRUPO ARMADO

Fortalecida pela ocupação do território, pela montagem de uma rede de informantes, e por iniciativas como a Ação Cívico-Social (ACISO), a Polícia Militar desencadeou uma ofensiva estratégica contra os gatilheiros. Com a ajuda de pistoleiros, eliminou individualmente seis gatilheiros em novembro e dezembro de 1984; no dia 19 de dezembro, Quintino e Abel e mais 12 homens emboscaram a tropa conjunta de policiais e pistoleiros na estrada que vai de Cristal a Guajará, causando-lhes quatro mortes e obrigando-lhes recuar.

Foto: Roberto Ferreira

Contudo, no dia 24 de dezembro, os gatilheiros, supondo a retirada da polícia, foram surpreendidos com um cerco militar no sítio de Maximiano, que abriu fogo, ainda de madrugada, causando-se duas perdas: Antônia, companheira de Quintino, e o gatilheiro Enock e obrigando-lhes uma retirada desordenada, que dispersou a tropa dos gatilheiros. Abel e alguns gatilheiros jamais foram vistos.

Quintino, Mão de Sola e Bateia se refugiaram no Faveiro, onde foram amparados pela comunidade. Quintino atravessou a floresta e chegou à Vila do Japim, atravessou o rio Piriá na noite do dia 1º de janeiro de 1985 e, com ajuda de amigos, chegou à Vila Nova do Piriá, onde se alojou na casa do posseiro Bruno, onde supunha estar seguro. No dia 4, à noite, Quintino foi visitar o amigo Florismar dos Santos Monteiro, o Flor, onde a polícia o surpreendeu.

Com a dignidade de um comandante, Quintino orientou o pessoal que estava na casa para se deitar, e se refugiar no quarto com maior proteção, pegou seu revólver e saiu correndo pela porta dos fundos em tentativa de furar o cerco policial. Em vão. Uma das centenas de balas de fuzil lhe atravessou o peito e ele caiu inerte. Virou lenda.

Após a morte de Quintino a tropa conjunta de policiais e pistoleiros continuou a caçada aos gatilheiros. Primeiro desestruturaram o grupo do Minzinho, que atuava na região da Serra Azul, liquidando-o e mais três dos seus componentes; e a seguir eliminou individualmente seis gatilheiros, (alguns em suas respectivas residências), totalizando 34 camponeses eliminados.

A área foi desapropriada em 1988, onde se regularizaram as posses. Mas somente depois de 12 anos, a partir do início do novo século, é que os títulos começaram a ser emitidos. Mesmo assim muitas famílias ainda não receberam o documento que comprova a posse legal de seus terrenos.

Francisco Vasques (Chico Barbudo), hoje com sequelas de um AVC, considera que valeu a pena lutar: as empresas e seus pistoleiros saíram da área; houve uma redivisão territorial, com a criação de mais quatro municípios; estradas vicinais foram abertas pelo Incra; houve avanços na área de assistência técnica, saúde e educação; os Tembé recuperaram grande parte da área ocupada, e alguns territórios quilombolas foram reconhecidos.

O homem que fazia a mediação entre as reivindicações dos posseiros e as autoridades da época sintetiza o desfecho do conflito da Gleba Cidapar com uma frase: "Apesar das torturas, humilhações e do sangue derramado, vencemos. Agora estamos lutando por justiça e reparação às vítimas da violência, violência que deixou marcas profundas e nunca cicatrizadas".

Gilney Viana – Ambientalista. Professor Universitário. Escritor.

Paulo Roberto Ferreira – Jornalista.

Foto: Divulgação

AS FLORESTAS DA AMAZÔNIA: COMO É POSSÍVEL TER TANTAS ESPÉCIES?

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida

As florestas da Amazônia são conhecidas por abrigarem mais espécies vegetais, principalmente árvores, do que as que existem no resto do Brasil (excetuando-se apenas as da Costa Atlântica). Pode-se dizer que as florestas da bacia do Alto Juruá estão entre as mais ricas da Amazônia.

Na Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, em uma área de 10 x 1.000 metros no Seringal São João e de 20 x 500 metros no Seringal Restauração, mediamos e identificamos todas as árvores com mais de 10 cm de diâmetro à altura do peito (DAP). No Seringal Restauração encontramos 176 espécies de árvores, e no Seringal São João, 198.

O famoso botânico Alwyn Gentry trabalhou muito tempo em várias partes do mundo, quantificando a diversidade vegetal. No Parque Nacional de Manu, no Peru, relativamente próximo ao Acre, ele encontrou aproximadamente 300 espécies arbóreas.

Na Amazônia equatoriana, Renato Valencia encontrou 307 espécies, um dos maiores valores já obtidos na Amazônia. No Brasil, Alexandre Oliveira encontrou na região de Manaus valores compatíveis com os de Gentry, mostrando que as florestas daquela região são tão ricas quanto as do oeste da Amazônia.

Como podemos ter tantas espécies? Por uma questão de espaço, se há tantas espécies, cada uma delas não pode ter tantos representantes. Logo, deveremos encontrar muitas espécies representadas por apenas uma ou poucas árvores na área.

Se a maioria das espécies tem poucos indivíduos, para termos um estoque razoável delas é preciso uma grande área. Isso tem grande importância para o uso correto da floresta.

Temos algumas espécies "comuns" mais fáceis de serem utilizadas pelo homem sem que haja sérios riscos à sobrevivência da espécie, como o açaí (*Euterpe precatória*) e as "raras" (em alguns casos formando grupos distantes entre si), com as quais é preciso muito cuidado, como o aguano ou mogno (*Swietenia macophylla*).

Como até agora só falamos de árvores, é preciso dizer que elas constituem apenas uma parte da diversidade. Registra-se ainda uma imensa variedade de arbustos, ervas, cipós, pequenas palmeiras e epífitas, que somam muito mais do que o total de árvores e são igualmente importantes.

A grande quantidade de espécies vegetais e animais encontradas na bacia do Alto Juruá [por exemplo], as interferências e consequências das mudanças climáticas no passado sobre a flora e a fauna regionais, a presença de grandes lacunas de informação e o parco conhecimento sobre os usos das plantas ressaltam a importância da conservação da biodiversidade [na floresta amazônica].

Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga e

Mauro Almeida – Antropólogo. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.

NOVA DIRETORIA DOS BANCÁRIOS REITERA COMPROMISSO COM A DEFESA INTRANSIGENTE DA DEMOCRACIA

Kleytton Morais

Foto: Bancarios DF

Eleita em maio, com mais de 90% dos votos válidos, a nova diretoria do Sindicato celebrou a posse no sábado, 30 de julho, na AABB. Em um evento que reuniu bancários e lideranças do movimento sindical, a nova gestão ratificou a defesa intransigente da democracia pela categoria bancária do DF e chamou os trabalhadores à luta por mais direitos. A diretoria assume o mandato para o quadriênio 2022/2026.

A trajetória combativa e de protagonismo dos bancários e bancárias do DF foi lembrada logo na abertura do evento, com a exibição do trailer de *Palco de Luta*. A produção audiovisual, assinada pelo cineasta Iberê Carvalho, revisita a criação do Sindicato, traça o caminho que trouxe a categoria até aqui e saúda a importância desta entidade para a construção e consolidação da capital federal.

Cabeça de chapa pelo segundo mandato, Kleytton Morais fez discurso emocionado e inspirador, relembrando momentos importantes da luta dos bancários e convocando a categoria a fortalecer as trincheiras contra os constantes ataques aos direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

"Enquanto aqueles que ficaram mais ricos durante a pandemia celebram seus castelos, com mais de 30 milhões de pessoas passando fome neste país, nós construímos a decência, a dignidade e a solidariedade desta categoria que sempre esteve na vanguarda da sociedade brasileira", pontuou o presidente reeleito do Sindicato.

Morais apontou ainda que "nossa chapa, cujo mote é unidade, democracia e luta, se coloca à disposição para o próximo período para continuarmos de cabeça erguida, construindo direitos. Fomos capazes, pela unidade nacional, de passar por períodos nebulosos, resistindo a todos os ataques e permanecendo com todos os direitos. Não será diferente daqui para a frente".

Na mesa de abertura, estavam a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira; o vice-presidente da Contraf, Vinícius Assumpção; o presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), Cleiton dos Santos; Neide Rodrigues, presidenta do Sindicato dos Bancários de Campo Grande e Região, representando o presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues; o vice-presidente da CUT Brasil, Vagner Freitas; o ex-presidente do Sindicato Jacy Afonso; e a deputada federal Erika Kokay.

Primeira a parabenizar a nova diretoria, Juvandia Moreira comentou sobre a gestão anterior e as dificuldades causadas pela pandemia e pela condução genocida de Jair Bolsonaro. "A diretoria do Sindicato de Brasília é muito comprometida com os trabalhadores e o fato de ter sido chapa única confirma o trabalho que foi feito no período anterior, mesmo com pandemia, mesmo com teletrabalho", ponderou a dirigente da Contraf-CUT.

Empregada aposentada da Caixa, Erika Kokay disse que "este é um Sindicato vivo, mergulhado nas lutas da sociedade brasileira e que sabe exatamente que nós temos as mesas de negociações onde arrancamos as melhores propostas possíveis. Hoje, este Sindicato dá exemplo para o Brasil inteiro sobre a necessidade de termos saúde no local de trabalho quando ocupa a sede da Caixa e escancara os assédios e o adoecimento dos trabalhadores".

"É uma honra voltar à AABB depois de várias assembleias e lutas que travamos aqui, para prestigiar a posse da nova diretoria deste Sindicato, que sempre teve um papel importante para o Distrito Federal", contou o ex-presidente do Sindicato Jacy Afonso (2004-2007).

Vinícius Assumpção coordenou a chapa durante o processo eleitoral e, na festa da posse, contou do orgulho e responsabilidade de estar na campanha de um sindicato importante como é o de Brasília. "Essa nova direção que assume agora, sob liderança do companheiro Kleytton, terá dois desafios imediatos: a campanha salarial, cujo processo perpassa a campanha eleitoral. Não tem como dissociar o debate, porque a visão de país que nós queremos para o futuro tem nos bancos públicos o fomento para criação de emprego e renda, por exemplo", comentou o dirigente sobre a importância da categoria bancária nas eleições de 2022.

"Este Sindicato tem muita importância para as entidades do Centro-Norte, na vanguarda das lutas, e por isso precisa dessa organização para a virada de página deste momento trágico vivido pelo povo brasileiro", disparou o presidente da Fetec-CUT/CN, Cleiton dos Santos.

Kleytton Morais - Líder Sindical. Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

SERRANÓPOLIS: PATRIMÔNIO ESQUECIDO

Altair Sales Barbosa

A região de arqueológica de Serranópolis, cidade situada no sudoeste de Goiás, pela natureza e característica dos sítios arqueológicos aí encontrados, desempenha importante papel na compreensão da Arqueologia do Brasil e da América do Sul.

Os sítios localizados nos arredores da cidade têm oferecido oportunidades para visualizar uma sequência de ocupações que vêm de aproximadamente 13.000 anos Antes do Presente, até o início do século 20, em circunstâncias muito especiais, principalmente no que se refere à conservação e à disposição estratigráfica do material, permitindo uma visão clara das mudanças culturais e fornecendo dados importantes sobre mudanças ambientais ocorridas durante todo esse abrangente período.

No atual estágio do conhecimento, torna-se impossível qualquer tentativa de compreensão da pré-história das áreas interioranas centrais da América do Sul, sem ter como referência a Arqueologia da região de Serranópolis.

Os estudos na área tiveram início em 1975, integrando as atividades de um projeto maior, denominado Projeto Paranaíba, coordenado pelos professores Pe. Pedro Ignácio Schmitz S.J. e Altair Sales Barbosa, com apoio do CNPq e do IPHAN. Desde essa época o projeto conseguiu reunir dezenas de datações de C-14, realizadas pela *Smithsonian Institution de Washington DC*, por intermédio da Dra. Betty Meggers (em memória).

Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

O Projeto Paranaíba abrange quase a totalidade da vertente goiana do Paranaíba, área que geologicamente se enquadra na bacia sedimentar do Paraná, com todas as peculiaridades do contato entre o arenito Botucatu e o derramamento basáltico da Formação Serra Geral, fato que permitiu a silicificação de parte do arenito, formando abrigos e propiciando matéria prima de excelente qualidade para confecção de instrumentos pelos seres humanos que habitaram a área.

A vegetação de cerrado se nos apresenta com todos os seus matizes, variando de um gradiente totalmente aberto (campos) até ambientes ombrófilos (matas), onde existem manchas de solo de boa fertilidade natural.

Por isso, não é nenhum exagero afirmar que a região arqueológica de Serranópolis, em especial as grutas do Diogo, Manoel Braga e Jair e Altair Canjerana podem ser consideradas "Patrimônios da Humanidade" e, sem sombra de dúvida, encontra-se entre os maiores, sendo talvez o maior Patrimônio Arqueológico do Brasil, não pela ostentação das pinturas rupestres, que aliás são muitas e variadas, mas principalmente pelas camadas estratigráficas formadas nos abrigos, onde cada fina camada de sedimento funciona como se fosse página de um gigantesco livro, que conta em minúcias a história dos primórdios da ocupação humana dos chapadões centrais da América do Sul.

Essas informações minuciosas se nos apresentam estruturadas, desde 13.000 anos Antes do Presente até o início do século 20, quando se iniciou de forma efetiva a implantação de grandes fazendas na região. Em nenhum outro local do Brasil essa situação é encontrada.

Cada pequena porção de sedimento removido revela a tecnologia utilizada por esses povos, seus hábitos alimentares, sua organização social e espacial, seus ritos de sepultamento, e também dados sobre a demografia, a evolução ou adaptação ecológica, através de milhares de anos, as inovações e, possivelmente, os empréstimos e a troca de saberes com outros povos.

Além de restos de vegetais nativos consumidos, associados a conjuntos tecnológicos de pedra lascada, podem ser encontrados, também de forma abundante, restos de animais consumidos por essas populações.

Nos períodos mais antigos, esse tipo de material se mostra associado com material lascado sem formas definidas, caracterizado por lascas com gumes desgastados, sinalizando a intensa utilização destas. Aparecem também, de forma bem definida, variados instrumentos, destacando-se entre estes as "lesmas", termo utilizado pela Arqueologia brasileira para caracterizar o mais singular conjunto de instrumentos do início da ocupação pré-histórica do centro da América do Sul.

Apesar de serem conhecidas noutras áreas do continente, a elaboração desses instrumentos em Serranópolis atingiu seu nível de perfeição. E as "lesmas" elaboradas aí servem de guia taxonômico para outras localidades.

As mudanças ambientais são reveladas de forma clara pela estratigrafia dos abrigos, indicando períodos com oscilações de umidade e temperatura, desde 13.000 anos até os tempos atuais.

Tal fato nos obriga a refletir sobre as situações ambientais atuais, com seus períodos de farta umidade e períodos longos de estiagem. Lança uma luz fundamental sobre as atuações e o alcance dos fenômenos *El Niño* e *La Niña*, além de nos alertar sobre os reflexos no Hemisfério Sul da Glaciação Pleistocênica do Hemisfério Norte.

Tudo isso é possível ler nas páginas desse gigantesco livro formado no interior dos abrigos de Serranópolis. Entretanto, to-

Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

dos esses dados não passam de uma pequena parcela de todo o conjunto de informações aí obtido.

É um laboratório antropológico e geográfico singular, pois permite de forma clara perceber as inúmeras adaptações humanas ao longo das mudanças ambientais, bem como as mudanças de organização do espaço ocorridas ao longo de muito tempo. E, com isso, estabelecer precisos calendários de caça e coleta.

À medida que as escavações nos conduzem para épocas mais recentes, fica patente a grande capacidade do homem que ali habitou em se relacionar com outros povos, em aprender e ensinar com estes. Da mesma forma que fica patente a capacidade inovadora daquelas populações ali residentes, ancestrais de alguns grupos indígenas, que provavelmente ainda sobrevivem até os dias atuais.

De aproximadamente 4.000 anos Antes do Presente em direção aos tempos atuais, é impressionante a quantidade de vegetais exógenos, alguns já domesticados, encontrada nas camadas: amendoins, algodão, favos e grãos de feijão, um tipo de cereal primitivo semelhante ao arroz, cucurbitáceas e espigas de milho primitivo, algumas ainda com palhas e grãos.

Esse estado de conservação só é possível em função de um microclima especial que se forma no interior desses abrigos.

Para ilustrar tal fato, relato a descoberta de uma faca trabalhada em pedra lascada, com marcas de sangue e envolta numa espécie de bainha feita de folhas e amarrada com corda trançada da embira de tucum, datada de 8.000 anos e toda preservada.

Também de forma muito clara é possível ler nesses sedimentos a invenção e introdução da cerâmica no cotidiano desses povos. Nós arqueólogos definimos no mínimo duas grandes tradições ceramistas para a região. Da mesma forma, e não menos surpreendente, essas camadas de sedimentos revelam o início da utilização em larga escala dos instrumentos de pedra polida, alguns fabricados no próprio local, outros, pela grande variedade, foram introduzidos através de intercâmbios.

Todo esse conjunto de material é encontrado nas camadas de sedimentos formadas no interior dos abrigos. Nos paredões desses abrigos floresce um conjunto de variados estilos de artes rupestres, com formas de animais, formas geométricas, formas humanas, vegetais etc. Em muitos locais, podem ser observadas superposições das pinturas, o que indica que foram elaboradas em épocas diferentes.

Quando se observam essas pinturas a olho nu, o observador não tem condição de perceber a sua grande variação, porque só se veem as pinturas mais recentes e mais bem preservadas. Todavia, quando se aplica a técnica infravermelha, quer seja para observação, quer seja para registro fotográfico, pode-se constatar a grande variação que caracteriza esses painéis com pinturas.

É importante ressaltar que, em escavações realizadas na década de 1990 na Gruta do Diogo, cadastrada no IPHAN, com o registro GO-JA-01, foi encontrado um esqueleto humano completo, semi-fossilizado, em camadas, que, sem nenhuma dúvida, corresponde ao Pleistoceno Terminal. Parte desse esqueleto foi enviada para datação na *Smithsonian Institutuion em Washington D. C.*

A amostra acusou a Idade de 11.000 anos Antes do Presente, mas posteriormente, essa datação foi revisada, em função da recalibragem do método C-14, passando para 13.000 anos Antes do Presente, fato que motivou o professor Paulo Bertran a batizá-lo pelo nome de *Homo-cerratenses* ou Homem da Serra do Cafezal.

O esqueleto foi submetido à análise de Antropologia Física pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que evidenciou tratar-se de uma pessoa do sexo masculino, que morreu com a idade de 27 anos.

Infelizmente os artigos publicados sobre Arqueologia da Região de Serranópolis circulam de forma bem restrita entre especialistas desse campo de conhecimento, fator que, juntamente com a falta de um programa de divulgação mais amplo, impede que pessoas que não sejam do ramo, ou mesmo o público escolar de modo geral, reconheçam a importância da região, não só para a Arqueologia, mas para diversos campos do conhecimento humano.

Felizmente alguns proprietários de onde se localizam alguns desses sítios, têm a consciência necessária e fazem esforços para sua preservação. O envolvimento do poder público, tanto municipal como estadual ou federal, no sentido de incentivar o desenvolvimento de programas educativos ou outras atividades paralelas, ligadas ao assunto, até o presente momento, tem sido nulo.

Dessa forma, esse laboratório científico único, que está entre os maiores patrimônios arqueológicos do mundo e, sem nenhuma dúvida, pode ser considerado o mais importante capítulo para entender a ocupação indígena do Brasil, vai aos poucos caindo no esquecimento.

Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.

Foto: Rafael Aquino Nogueira/ Gentileza MST

AS SEMENTES SUICIDAS

Eduardo Galeano

Há uns trezentos e sessenta milhões de anos, as plantas vêm produzindo sementes fecundas, que geram novas plantas e novas sementes, e nunca receberam um tostão por esse favor que fazem a todos nós.

Mas em 1998 foi outorgada à empresa Delta and Pine a patente que santifica a produção e a venda de sementes estéreis, que obrigam a comprar novas sementes a cada semeadura. E em meados do ano de 2006, a empresa Monsanto, de nome sacro, se apoderou da Delta and Pine, e também da patente.

E assim a Monsanto consolidou seu poder universal: as sementes estéreis, chamadas de sementes suicidas, ou de sementes *Terminator*, integram o muito lucrativo negócio que também obriga a comprar herbicidas, pesticidas e outros venenos da farmácia transgênica.

Na Páscoa do ano de 2010, poucos meses depois do terremoto, o Haiti recebeu um grande presente da Monsanto: sessenta mil sacas de sementes produzidas pela indústria química. Os camponeses se juntaram para receber a oferenda, e queimaram todas as sacas numa imensa fogueira.

Eduardo Galeano – Escritor, em *Os Filhos dos Dias*, Editora L&PM, 2ª edição, dezembro de 2012.

Foto: Divulgação

10 ANOS DA LEI DAS COTAS: "COTA NÃO É ESMOLA"

Iêda Leal

Cota não é esmola
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, e venha cá
Você também pode lutar
E aprender a respeitar
Porque o povo preto
veio revolucionar.
Cota não é esmola!

Ao coro de "Cota não é esmola", canção de Bia Ferreira, completamos neste mês de agosto 10 anos da Lei n. 12.711, a Lei de Cotas, que diz respeito ao ingresso de pretos/as, pardos/as, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio.

10 anos depois, o tempo que seria só para avaliar passou por um momento de muita tensão e de organização do Movimento Negro Brasileiro, para defender e dialogar com uma parte fundamental de parlamentares, a fim de evitar o caos.

O Projeto de Cotas tem um grande significado para a população negra no Brasil, e esse gesto de retirar o Projeto de pauta traz um sentimento de vitória, pois sabemos da importância que essa Lei tem para a vida de cada um/a que sofre diariamente com a desigualdade racial, estrutural e financeira.

É importante que essa Lei, que abre portas e possibilita caminhos para romper com a desigualdade estrutural que nossos/as jovens sofrem diariamente, seja mantida. É a possibilidade de mudar o cenário que os/as priva de melhores posições no mercado de trabalho e em muitos dos espaços públicos.

Devemos continuar a busca para termos Cotas em todos os espaços possíveis, pois o Brasil precisa ter um projeto que possa reparar o grande crime contra a população negra ao longo dos quase 400 anos de escravidão, período em que o povo negro foi submetido a inúmeras violações dos direitos humanos. Um período escravocrata que se arrasta hoje pelos nossos dias. O Estado Brasileiro tem a obrigação de reparar esse crime.

Pedir perdão... O bicentenário da independência será um grande momento para o reconhecimento e a valorização do Povo Negro. Coragem, Brasil!

Compromisso do Brasil: País sem racismo!

Reagir à violência racial sempre!

COTA FICA, RACISMO SAI!

Iêda Leal – Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Secretária de Comunicação da CUT-GO; Tesoureira do SINTEGO; Coordenadora Nacional do Movimento Negro Brasileiro.

Foto: Divulgação/ Jefferson Coppola/VEJA

A ESQUERDA BRASILEIRA, DE UM SÉCULO A OUTRO

Emir Sader

A esquerda brasileira tem uma longa trajetória, já cruzou diferentes conjunturas políticas. Se tomamos as últimas décadas do século passado e as primeiras deste século, podemos encontrar pelo menos três perfis distintos da esquerda brasileira.

Ao longo dos anos 1950 e começo da década seguinte, a esquerda lutava pelo que chamava de reformas de base. Tratava-se de, no marco do processo de industrialização, promover a reforma agrária e a limitação da exportação de lucros, como objetivos imediatos, com um programa nacionalista geral para o Brasil.

Era uma esquerda nacional e popular, apoiada no movimento sindical urbano, de sindicalização rural e do movimento estudantil. Lutava, além disso, por uma política externa independente.

Uma esquerda que foi fragorosamente derrotada pelo golpe militar. Não teve capacidade de resistir e foi destruída pela ditadura, tanto nas suas organizações sindicais como nas suas bancadas parlamentares e dirigentes populares.

A ditadura militar impôs a questão democrática como central. Houve uma tentativa de construção de uma esquerda vinculada à luta armada, com guerrilhas, que foi rapidamente derrotada e liquidada.

A partir daquele momento, a oposição à ditadura passou a ser dirigida por setores liberais. A esquerda passou a fazer parte, de forma subordinada, à frente opositora, que passou a comandar o processo de transição democrática, com o fim da ditadura.

O caráter liberal – e, portanto, limitado – da democratização, que nem sequer conseguiu aprovar as eleições diretas para presidente, levou ao seu esgotamento e permitiu que a direita se renovasse e mudasse a agenda nacional.

A pauta neoliberal descolocou a esquerda, que foi derrotada sucessivamente em três eleições presidenciais, sem conseguir impor uma agenda nacional distinta.

O acúmulo de descontentamentos com as políticas neoliberais favoreceu, finalmente, que o PT lograsse convencer a maioria dos brasileiros que o problema fundamental do Brasil não é a inflação, mas a desigualdade social. Foi com esse projeto que o PT finalmente conseguiu eleger o presidente do Brasil e reelegê-los sucessivamente.

A nova esquerda no Brasil, a esquerda do século XXI, é uma esquerda antineoliberal. Uma esquerda que propõe a prioridade das políticas sociais no lugar da prioridade dos ajustes fiscais, do neoliberalismo.

Que propõe os processos de integração regional e intercambio Sul-Sul, ao invés dos Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos. E que se propõe a resgatar o papel ativo do Estado, no lugar do Estado mínimo e a centralidade do mercado, para induzir o crescimento econômico e colocar em prática políticas sociais de redistribuição de renda.

Essa esquerda conseguiu, pela primeira vez no Brasil, governar o País ao longo de três mandatos, com mais de 10 anos de governos, eleitos democraticamente. Conseguiu diminuir grandemente as desigualdades sociais e regionais no País.

É uma esquerda que teve sucesso nos seus governos. Conseguiu realizar seus objetivos imediatos, cortando a disseminação generalizada do neoliberalismo. Mas tem um desafio maior agora, caso consiga efetivamente eleger o Lula de novo.

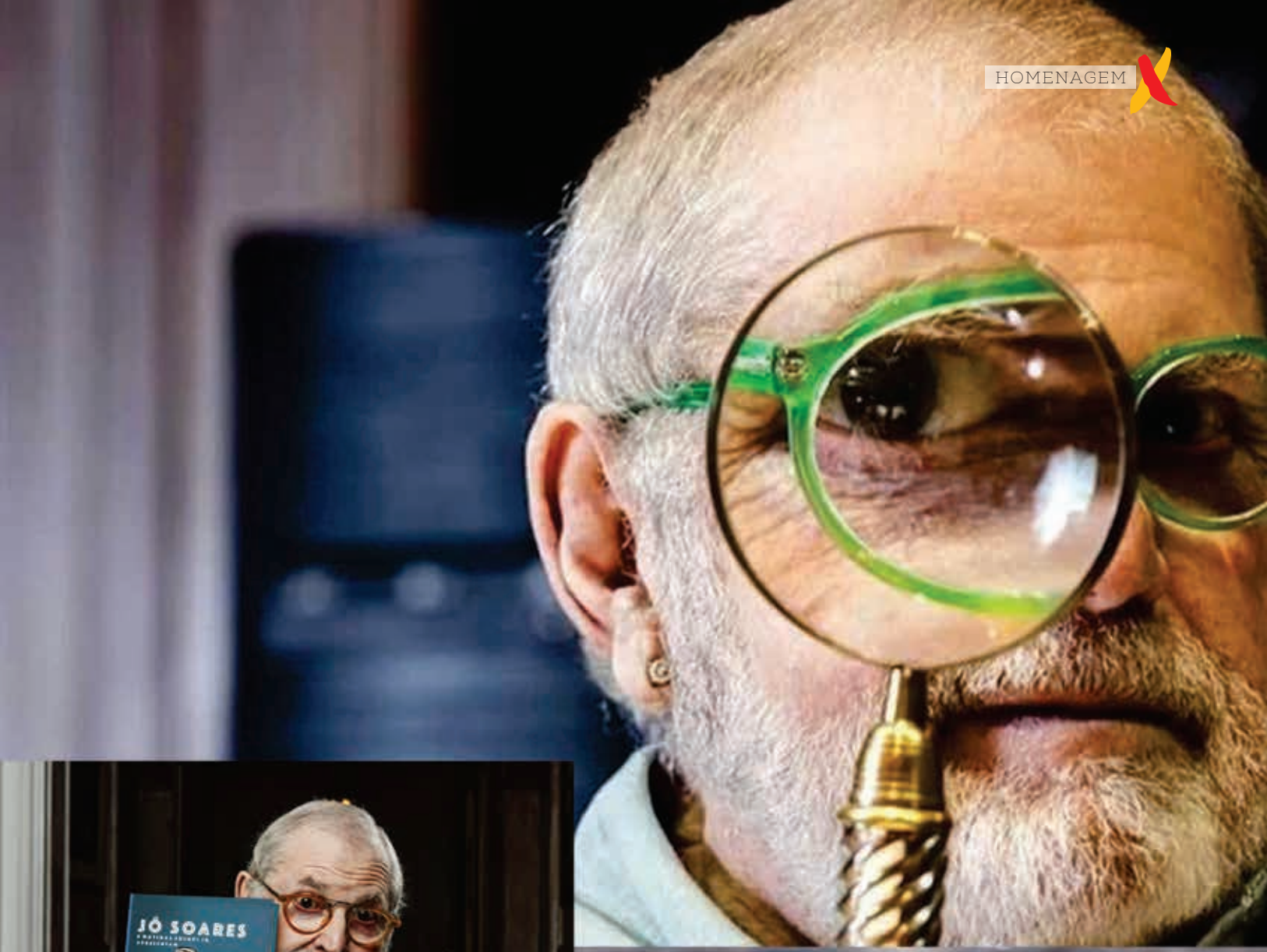
Não bastará o restabelecimento da democracia liberal. Será necessário democratizar o Brasil, a sociedade brasileira no seu conjunto. Democratizar o Estado brasileiro, os meios de comunicação, democratizar o Judiciário, democratizar as estruturas econômicas, democratizar a vida cultural.

Além de que, terá que colocar em prática não apenas um programa antineoliberal, mas pós-neoliberal. Não apenas de resistência e negação do neoliberalismo, mas pós-neoliberal, de superação do neoliberalismo.

Tratar-se-á de uma nova fase da história da esquerda brasileira.

Emir Sader - Sociólogo. Cientista político. Colunista do Brasil 247, fonte desta matéria. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

UM BEIJO
PRO GORDO!



Jô Soares
1938 | 2022

POR UMA CULTURA DE PAZ: A REVOLUÇÃO CULTURAL NECESSÁRIA

Pedro Tierra

Foto: Divulgação/ Ascom/Lauro de Freitas

O fascismo histórico – na Itália dos anos 20 e na Alemanha dos anos 30 do século passado – traz consigo como caráter constitutivo e, como método, o permanente exercício da violência para alcançar seu projeto de poder.

Na disputa pela hegemonia cultural, elabora simbolicamente, no caso italiano, com o futurismo de Marinetti, a estética da violência, o elogio da guerra. A estética da morte.

A escória da sociedade brasileira que encontrou seu porta-voz no delinquente que hoje ocupa a Presidência da República dá forma a esse discurso na campanha de 2018. *"Vamos fuzilar a petezada do Acre!"* – dizia no palanque, empunhando um fuzil simbólico.

Hoje, converte em prática aquilo que anunciava sem pudor diante de uma sociedade previamente preparada pelos oligopólios de comunicação para naturalizar a violência, a ignorância e o preconceito como formas de relação social inevitáveis.

A reação do governo federal aos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, no Vale do Javari, Amazonas, Marcelo Arruda em Foz do Iguaçu, Paraná, como antes a morte de Marielle Franco, no Rio e Mestre Moa do Katendê, na Bahia, expressa, mais que a indiferença diante do ato violento, a cumplicidade diante do crime.

É urgente a necessidade de uma resposta massiva e organizada da sociedade – e das Instituições – em repúdio à naturalização da "cultura" do cancelamento, da eliminação, do assassinato dos opositores como parte inevitável do conflito político-eleitoral no Brasil.

Cabe neste momento aos movimentos culturais, aos criadores de música, literatura, teatro, dança, dos materiais audiovisuais, peças de entretenimento, posts, memes, produzir conteúdos capazes de mobilizar a sociedade "Por uma Cultura de Paz e Democracia".

E deixar claro que a sociedade brasileira não abandonará as ruas e rejeitará com firmeza a guerra civil que o energúmeno deseja provocar, ao armar suas milícias por meio dos CACs e outros expedientes legalizados pelo próprio governo ou mesmo ilegais, ao gerar e disseminar pelas redes sociais um clima envenenado pela intolerância e pelo ódio.

Não é suficiente esperar pelo "normal funcionamento das instituições" para deter o avanço do neofascismo. Não se conhece registro histórico a respeito. É flagrante o processo de aviltamento das instituições brasileiras desde o golpe de estado de 2016.

A mobilização da sociedade civil será indispensável para fazer frente à ofensiva do atual ocupante do Palácio do Planalto contra as eleições de outubro e para assegurar sua realização. A sociedade vai tomando consciência de que o delinquente não está preocupado com a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Ele é contra a realização das eleições.

Considerando o recorte que escolhi para enquadrar essa reflexão será útil, sem dúvida, voltar o olhar para os últimos anos do conflito social no Brasil, particularmente no âmbito da disputa cultural, simbólica.

Estamos devendo uma abordagem mais atenta das ilusões das esquerdas, particularmente do Partido dos Trabalhadores – pela relevância e o significado das posições que assume ou deixa de assumir frente ao país – a respeito de como encaramos durante aqueles anos (2003-2016) a necessidade de travar no quotidiano a batalha contra os valores culturais conservadores.

Valores tecidos em torno da defesa do direito absoluto à propriedade e à exploração do trabalho, modelados durante 300 anos de escravidão e seus derivados – o individualismo, o consumismo, o machismo patriarcal, o racismo, o autoritarismo, a intolerância, o preconceito, o atalho, a trapaça – cultivados e disseminados na sociedade.

Reproduzo aqui parte de um diálogo ocorrido durante o governo Dilma, que considero elucidativo do caráter limitado do processo reformista que protagonizamos naqueles anos. Minha interlocutora era embaixadora de um país amigo, ela própria apoiadora da experiência que conduzíamos, com as dificuldades conhecidas, desde 2003.

"O que pretendem as esquerdas brasileiras com seu governo? Converter o Brasil num grande shopping center?" Levantei como contra-argumento: o Brasil era tão atrasado que o governo popular ainda batalhava para pôr de pé políticas públicas duradouras capazes de garantir três refeições por dia aos seus cidadãos mais pobres, compromisso assumido por Lula durante a campanha de 2002.

Ao mesmo tempo, tomar as iniciativas adequadas para criar um mercado interno de massas, capaz de dinamizar o processo produtivo e retirar o país da estagnação econômica. A pergunta, todavia, pela pertinência, permaneceu ecoando nos ouvidos a cobrar algo que nos faltava.

O desfecho dos acontecimentos de 2013 e do golpe de 2016 demonstrou que não basta assegurar as três refeições diárias asseguradas por Lula e, ainda que precariamente, o atendimento à saúde e à educação públicas, garantir emprego e remuneração digna, com a política de elevação do salário mínimo.

Uma vez alcançados esses objetivos, outras demandas de natureza semelhante bateriam às portas daquele ensaio de Estado de bem-estar social nascente.

Onde guardamos – e por que guardamos? – o discurso político capaz de explicar aos próprios beneficiários situados na base da pirâmide que a inclusão social não era obra dos desígnios divinos, mas de uma vontade política organizada, que depois de 22 anos de lutas alcançou o poder de Estado? E que essa inclusão seria apenas uma etapa do processo de transformação mais profunda de uma ordem radicalmente injusta que herdamos de cinco séculos de história?

Uma das respostas possíveis é: não sedimentamos ao longo do percurso, na consciência popular um corpo de valores alternativos àqueles que julgávamos combater. Não construímos, nem na formulação teórica, nem na prática quotidiana das lutas, uma ampla e sólida cultura democrática, capaz de sustentar um programa de desenvolvimento inclusivo, ambientalmente sustentável e socialista para o país.

O bombardeio implacável movido pelos oligopólios de comunicação, em particular a Rede Globo, contra o projeto popular de desenvolvimento com inclusão social cumpriu um papel central na disputa de valores culturais na sociedade brasileira, sem ser incomodado.

Não fomos capazes de nos contrapor aos valores conservadores, seja em volume de produção de conteúdos, seja na velocidade adequada à cobertura reacionária e totalizante da indústria do entretenimento. Do noticiário, à telenovela, dos enlatados, das séries aos cultos religiosos.

Faltou ousadia aos governos populares. Hoje, ao examinar o período dos governos Lula e Dilma, todos fazemos a mesma

pergunta: por que não regulamentamos, quando detínhamos força política para tanto, os artigos 220 a 224 do capítulo V da Constituição Federal, que tratam dos meios de comunicação?

A resposta mais ouvida é: não detínhamos maioria num Congresso conservador, composto por parlamentares aliados ou reféns das empresas de comunicação para fazê-lo.

De todo modo, resiste a constatação: não fizemos o que estava ao nosso alcance, no Executivo, para democratizar os meios de comunicação. Utilizando apenas a legislação existente, consagrada na Constituição evitando, portanto, os bloqueios de um parlamento onde éramos minoritários.

Não é demasiado reconhecer a insuficiente compreensão das organizações populares sobre a necessidade de construir suas redes contra hegemônicas de comunicação. Mas é grave não reconhecer nossa omissão frente às tentativas das organizações populares de manter as redes comunitárias de comunicação. E mais ainda, nosso silêncio quando elas foram alvo da repressão do aparato estatal, nominalmente a Polícia Federal, contra as rádios comunitárias. Precisamente quando buscavam espaço para veicular seu discurso em defesa das políticas públicas implementadas por nossos próprios governos...

Aparentemente cedemos à arrogância e ao deslumbramento dos que tomam o triunfo passageiro em uma batalha – pela vitória em uma guerra inteira. Como se a luta de classes numa das sociedades mais desiguais do mundo resolvesse com essa vitória institucional todas as contradições e imprimisse ali seu ponto final.

Essa ilusão nos levou a subestimar um fator indispensável na disputa pela hegemonia cultural nas sociedades contemporâneas da periferia do sistema capitalista: a necessidade de suprir o déficit informacional histórico em uma nação culturalmente colonizada.

O que naquele momento significava assumir como prioridade a descentralização do investimento público nas redes de comunicação como forma de democratizá-los e converter em realidade o preceito constitucional que define os três âmbitos da produção e circulação de informações: o espaço público, o mercado privado e o espaço estatal.

Não extraímos todos os desdobramentos possíveis do riquíssimo processo de participação popular – por meio dos grupos culturais populares excluídos do *mainstream,* esboçado pelas Conferências de Cultura que abriram espaço para a manifestação da vigorosa diversidade cultural de nossa gente. Homenagens merecidas aqui a Sérgio Mamberti e Márcio Meira que, como secretários do MinC, puseram sua sensibilidade e talento a serviço do estímulo e da articulação das culturas populares.

Vinte anos passados, mais um golpe de estado e a prisão da maior liderança popular do país, chegamos mais uma vez às portas da disputa eleitoral com evidentes chances de vencer.

Permanece, contudo, como desafio para um provável governo de reconstrução nacional liderado por Lula e para os movimentos culturais a modelagem dos mecanismos capazes de traduzir em organizações duradouras – ou seja, economicamente sustentáveis – as resoluções resultantes da vontade política expressa pelas Conferências realizadas na experiência anterior e sua indispensável atualização. E entendê-las – para que sejam efetivas – como inseparáveis das políticas de inclusão social, políticas educacionais, de desenvolvimento sustentável, de direitos humanos etc. Utilizar-se, para isso com inteligência e criatividade de duas conquistas maiúsculas da resistência da cultura brasileira ao neofascismo: a derrubada dos vetos às Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo.

Para concluir, seguem duas ideias para o debate engajado nessa campanha que vai sacudir o país nos próximos dois meses e meio:

1. Dificilmente o atual mandatário vai se desvencilhar da imagem de promotor da escalada de ódio. Seja por falta de tempo hábil, seja pela convicção mesma que o neofascismo traz consigo de que a luta política deve ter sempre o ódio como combustível primordial. A frente antifascista que vem sendo costurada por Lula pode focar a realização de atos de rua da campanha Lula-Alckmin centrados na Defesa da Democracia e de uma Cultura de Paz.

2. A reconstrução das políticas públicas de cultura proposta por Lula passará não apenas pela recriação do MinC, mas pela redefinição do financiamento das políticas públicas de cultura, mirando-se no exemplo do que o FNDE significou para a educação, como hipótese. E na descentralização dos mecanismos públicos de financiamento ao acesso a bens e serviços culturais por meio de sua integração com todas as políticas de governo: economia, segurança, comunicação, sustentabilidade socioambiental, saúde, educação, moradia etc. Nenhuma delas poderá prescindir de uma área específica de cultura capaz de projetar no simbólico as conquistas obtidas em cada uma delas, como um fator permanente de formação cidadã.

Passa por aí o caminho de reconstrução da Democracia, de uma Cultura de Paz e da Revolução Cultural Necessária.

Pedro Tierra – Poeta da Resistência, em *O Porto Submerso*, 1974.

SINTEGO

GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

SINTEGO

HISTÓRIA DE LUTA

MEMORIAL MULTIMÍDIA

O SINTEGO COMPARTILHA COM O POVO GOIANO E COM A SOCIEDADE BRASILEIRA O SEU LEGADO HISTÓRICO DE 33 ANOS DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA.

LUDMYLLA MORAIS

PRESIDENTA EM EXERCÍCIO

https://sintegohistoriadeluta.org/

A CASA DO ÍNDIO: UMA HISTÓRIA ESQUECIDA

José Bessa Freire

"Era uma casa mui desgraçada/Não tinha teto, não tinha nada/ Ninguém queria entrar nela não/lá dentro havia bicho-papão".
(Paródia. Vinicius de Moraes. *A Arca de Noé*, 1980)

Foto: TaquiPraTi

Durante mais de meio século, cerca de 30 mil indígenas foram albergados na Casa do Índio criada pela ditadura, em 1968, na Ilha do Governador, no Rio, no contexto da estrutura policialesca instalada no Brasil pelo AI-5, com três aparelhos repressivos centrados em Minas Gerais: a Guarda Rural Indígena (GRIN), que policiava as aldeias, o Reformatório Krenak, em Resplendor, e a Fazenda Guarani, perto da Serra do Cipó, para onde índios com "conduta desviante" eram presos e conduzidos "dentro de um vagão de carga que nem animais" e lá submetidos à tortura e a trabalhos forçados.

No caso da Casa do Índio, qual a sua finalidade? A presença daqueles internos com doença mental consta nos registros. Um relatório de 1980 informa que da média de 40 assistidos mensalmente, 14 deles se relacionavam a transtornos mentais, a tal ponto que a instituição ficou conhecida como um espaço para abrigar indígenas com deficiência mental ou como um manicômio indígena, demonstrando que esta face complementar marcou o seu funcionamento.

Se sua finalidade era, entre outras, acolher enfermos com algum tipo de transtorno mental, qual o tratamento dado a eles? Precursora de 40 outras casas, por que apenas a Casa do Rio permanece e abriga, ainda hoje, 11 indígenas? Qual o lugar da psicologia dentro dela e de que forma conta a trajetória dos saberes *Psi* no Brasil? Essas são algumas questões formuladas por André Sant'Anna na tese de doutorado defendida nesta quinta-feira

(28) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ.

FÁBRICA DE ESQUECIMENTO

A busca de respostas levou o autor a visitar a Casa do Índio para entrevistar a sua fundadora Eunice Cariry que, apesar de exonerada em 2009, lá permanece numa espécie de limbo jurídico, sem nada mudar, enquanto as demais casas já foram convertidas em Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAIS). Para assegurar o controle dos registros dos que ali estiveram, Eunice, a guardiã dos documentos, vedou o acesso de André aos prontuários mantidos em arquivos de aço em cômodos com correntes nas portas. Meio século passou. Completará cem anos de sigilo?

– O silêncio sobre a Casa do índio e o desconhecimento sobre ela são sintomas de um esquecimento programado, não se trata de uma falha de processos cognitivos ou arquivísticos, mas de uma política deliberada que visa apagar aquilo que a estrutura do poder não quer que seja lembrado. O esquecimento, nesse caso, é uma fabricação. Já o resgate da memória é um ato de enfrentamento para que as narrativas não permaneçam tuteladas na sombra do autoritarismo – escreveu o doutorando.

Ele saiu para o embate, consciente de que o arquivo é um campo de batalha, onde o que está em disputa não é apenas a memória, mas também aquilo que se pretende ocultar. Driblou a proibição da Cariry e acessou os documentos por outra via. Com o apoio do Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, procurou o Serviço de Gestão Documental (SEDOC) da Funai, em Brasília, e lá consultou cópias da documentação composta de 849 páginas enviada pela Casa do Índio para aquela Fundação, incluindo os relatórios anuais desde 1968.

Outra fonte consultada foi *Pharã Kaxtirore Darashé: pelos mutirões da vida,* livro de difícil acesso escrito em coautoria com a jornalista Bia Porto, com relatos de Eunice, hoje com 87 anos, contando sua própria versão sobre a trajetória da Casa do Índio, assim como notícias na mídia e depoimentos de médicos, militares, professores, funcionários, mas não de índios. Foi possível acessar também o inquérito que corria em sigilo sobre a situação irregular de indígenas em situação de vulnerabilidade.

MEUS DOENTES MENTAIS

O que o doutorando encontrou na documentação por ele analisada com olhar crítico mostra que a Casa foi um espaço de controle psicossocial de indígenas, "onde esses eram marcados pelo poder de normalização, que definia não apenas quem era doente ou sadio, mas ainda apresentava a gradação entre o *normal* e o *anormal*". Qual era a legitimidade que tinha para tal diagnóstico e em que se diferenciava do Reformatório Krenak, onde índios envolvidos em conflitos de terra ficavam encarcerados por serem identificados com "comportamento desviante"?

Posto que o espaço da Casa, desde sua inauguração, se caracterizou como lugar destinado a receber indígenas portadores de patologias na área de saúde mental como distúrbios psicoafetivos e esquizofrenia, era necessário – diz o pesquisador – verificar a presença de médicos e psicólogos e o modo como foram administradas medicações psiquiátricas, assim como indagar sobre a formação e os conhecimentos de Eunice no campo da saúde mental, como ela acessou o conhecimento psicológico e como o utilizou para ordenar condutas individuais e coletivas.

Além de analisar os discursos de Eunice Cariry, nascida no subúrbio do Rio em 1935, filha e mulher de militar, a tese reconstituiu a sua formação para compreender suas práticas na Casa do Índio, procurando evitar as armadilhas comuns no uso de biografias como fonte. Eunice seguiu vários cursos na área da segurança: de Polícia Feminina Auxiliar; de Especialização em Problemática Carcerária e de Organização, Investigação e Prática Policial, chegando a atuar como professora no curso supletivo para internos da Penitenciária Milton Moreira.

Seu currículo foi mais detalhado, quando ela recebeu da Assembleia Legislativa o título de cidadã benemérita do Estado do Rio de Janeiro. Lá se observou que a dirigente da Casa seguiu um curso de férias de Introdução à Psicologia Junguiana, de 12 a 26

Foto: TranniPraTi

Demolição da antiga Casa do Índio, em 1983, para dar lugar à construção da nova.

Fotos: TaquiPraTi

de julho de 2006, na Universidade Estácio de Sá, e cursos de extensão na Universidade de Valença, onde figurava, entre outras, a disciplina de Psicologia. Isso foi tudo.

Eunice Alves Cariry Sorominé – esse é o seu nome completo – foi candidata a vereadora no Rio de Janeiro nas eleições de 2016 pelo PP (Partido Progressista), o partido de Jair Bolsonaro no qual ele permaneceu mais tempo (de 2005 a 2016). Ela obteve apenas 266 votos e não foi eleita.

Num dos relatórios citados na tese, Eunice demonstra sua visão sobre a questão ao usar imagem similar à de Bolsonaro sobre "meu exército", quando se referiu aos *"meus doentes mentais tão queridos que, apesar de suas ´imbecilidades´ e das asneiras que praticam a todo instante, me recompensam com gestos e olhares carinhosos"*.

CASA DE HORRORES

A tese conclui que "A Casa do Índio foi um hospital, um manicômio, uma escola, um quartel, uma fábrica, dependendo do enquadramento com que for olhada. Espaço hibrido voltado para a saúde, mas também para a segurança, tentou fabricar índios dóceis ao longo de sua história", à semelhança da colônia penal indígena do Reformatório Krenak, para onde eram conduzidos, para serem "reeducados", índios presos pela GRIN porque na luta pela terra *"criavam desordem e subversão"* nas palavras do capitão Pinheiro, responsável por treinar a guarda rural indígena.

Segundo André, a Casa é também "um espaço importante para a história da psicologia, visto ser organizada como um recinto de controle de condutas indígenas que buscavam tratamento de saúde na cidade", alguns deles monolíngues como José, um índio Pacaás Novos de Rondônia: "Ninguém entendia nada, não conheciam o idioma de sua tribo" – afirmou Eunice, o que nos leva a pensar sobre o tipo de tratamento por ele recebido.

– "A Psicologia Social tem uma contribuição fundamental para pensar sobre os modos como se exerceu um controle psicossocial dos índios no Brasil" – concluiu André, apoiado em duas publicações do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo: *"Psicologia e Povos Indígenas"* e a outra *"A procura do bem viver"*, com artigos de autores indígenas sobre os saberes tradicionais usados na busca por saúde mental. Recupera ainda artigos sobre o tema de Roquete Pinto (1917) e de Emilio Mira y Lopes em coautoria com Alice Galland de Mira (1949).

Talvez a definição mais apropriada da Casa do Índio tenha sido dada pelo antropólogo José Carlos Levinho, então diretor do Museu do Índio, entrevistado em 2015 pelo autor da tese:

– "É uma casa de horrores, um depósito de indesejados".

Efetivamente, a instituição que teve seu auge nos tempos do DOI-CODI, "permanece hoje como um fóssil de outra época, que reflete como os indígenas foram tratados na história, mas também como seguem sendo vistos, ou seja, não vistos".

P.S. André Luís de Oliveira de Sant'Anna: *Casa do Índio: uma narrativa sobre o controle psicossocial de indígenas na ditadura empresarial-militar* Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ). 2022. Banca: Ana Jacó (orientadora), Alexandre Castro (CEFET), Joana D´Arc Ferraz (UFF), Pedro Gabriel Delgado (UFRJ) e José R. Bessa (Uerj-Unirio).

José Bessa Freire. – Professor e escritor, em www.taquiprati.com.br.

DO VIOLETA AO VERMELHO SOU COR POR INTEIRO

Maria Maia

Aflora o perfume da cor
Quando azul-blues me sinto

Pressinto amarelo-calor
E entro no labirinto

Do violeta ao vermelho
Sou cor por inteiro

Verdejando contra o cáqui
Me esparramo escarlate

Fico quase cor de areia
Quando a vida rareia

Então viro furta-cor
Emanando amor.

Maria Maia – Poeta. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

Foto: Divulgação

Foto: Divulgação / Viva Receitas

MOLHO BRANCO VEGANO

Beatriz Haruka e Samuel Leão

Um bom molho vai bem com tudo, desde uma massa elaborada até um sanduíche com batata frita. Na hora de substituir o creme de leite, a maionese ou o queijo, opções com substitutos vegetais são uma boa alternativa.

A receita desta edição, o molho branco feito à base de couve-flor, pode ser usada em várias receitas como forma de substituição ao molho branco convencional feito à base de leite de origem animal. Fica super cremoso, saboroso e nutritivo!

INGREDIENTES

½ couve-flor
½ cebola
Azeite
Sal
Alho
Pimenta

MODO DE PREPARO

1. Na forma, coloque a couve-flor e a cebola e tempere com azeite, sal e pimenta.

2. Corte a cabecinha do alho (facilita na hora de espremer) e embrulhe no papel alumínio com azeite, sal e pimenta.

3. Junte na forma, cubra com papel alumínio e leve ao forno pré-aquecido a 200° C por 30 minutos.

4. Bata todos os ingredientes no liquidificador com um pouco de água por 3 minutos ou até ficar homogêneo. E pronto!

Beatriz Haruka – Ativista alimentar.

Samuel Santos Leão e Silva – Jornalista.

Foto: @Gioewbank

RACISTAS INFECTANTES

Cleiton Santos Silva e Valéria Guerra Reiter

O terrível caso de racismo vivenciado por duas crianças, Titi e Bless, filha e filho de Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso, em um restaurante de Portugal expõe o racismo estrutural que se perpetua não somente além-mar, mas também e principalmente em terras brasileiras.

Em seu artigo "Racistas Infectantes", publicado recentemente nas redes sociais, aqui reproduzido, a escritora Valéria Guerra Reiter faz uma série de perguntas a meu ver essenciais para a nossa reflexão individual e coletiva. Reflitamos com Valéria:

O que fazer diante de um momento de "racismo"? A extrema volúpia que leva um ser humano a sentir-se superior a outro, em função da cor da pele.

Afinal o que somos nós?

Quem somos nós? Um amontoado de células, que foi originado de um coacervado unicelular surgido em um mar primitivo...

Evoluímos? A senhora que chamou os filhos do ator Bruno Gagliasso de "pretos imundos" não evoluiu; afinal, sua mente foi forjada pela herança vinda do mercantilismo, sob a tutela da exploração e reinfecção pelo asqueroso racismo.

O racismo invasivo e colonialista que se entranhou escandalosamente no sangue de mulheres e homens que se tornaram anômalos e autômatos de um sistema delinquente e soberbo, infectado pela ânsia de poder e pela sanha maniqueísta.

O racismo tornou-se uma infecção, com milhões de contaminados. Como erradicar este vírus social? Vacinando a população mundial com a vacina da alteridade. Os direitos humanos e os movimentos sociais constituem (apenas) remédio. E remediar nem sempre é curar. A profilaxia também é cura: vide o caso do vírus Sars-Cov 2.

O racismo não é só um fator estrutural grave, ele é patológico. Quem tem a doença precisa da cura; antes que a patologia se torne (também) autoimune.

Cleiton Santos Silva – Presidente da Fetec Centro-Norte.

Valéria Guerra Reiter – Escritora, historiadora, atriz, diretora teatral, professora e colunista.

FETEC CUT Centro Norte

Foto: divulgação

Foto: Eduardo Fujise e Gideoni Junior/Itaú Cultural

AILTON KRENAK: OS HUMANOS SERÃO DESPACHADOS DA TERRA POR MAU COMPORTAMENTO

Cicero Pedrosa Neto

Quando Ailton Krenak começa a falar, as pessoas param para prestar atenção. Desta vez, em Belém, ele não trouxe ideias para "adiar o fim do mundo", mas um alerta urgente: "Os humanos serão despachados da Terra por mau comportamento. Porque não sabem sequer assistir aos astros, aos movimentos das estrelas, às chuvas. Os humanos estão perdendo de tal maneira o contato com a Mãe Terra, que daqui a pouco a Terra vai perder o contato com eles".

A manifestação do pensador indígena Ailton Krenak ocorreu durante a entrega do relatório parcial do "Tribunal Internacional de Direitos da Natureza", principal atividade do segundo dia da 10ª edição do Fórum Social Panamazônico (Fospa). Ele é um dos juízes desse tribunal, composto por outros representantes de movimentos sociais, indígenas, ambientalistas e pesquisadores do Brasil, Peru, da Colômbia, África do Sul e dos Estados Unidos.

O relatório, em fase de finalização, traz informações emergenciais sobre violências e outras formas de violações de direitos humanos e à natureza na Volta Grande do Xingu e no chamado Corredor Carajás – rota de escoamento de minérios e do agronegócio no Pará.

Ailton destacou o papel dos povos indígenas e tradicionais na formulação de leis que tragam resoluções específicas com relação à natureza e sejam incorporadas às Constituições dos países latinoamericanos. Ele lembrou que Equador e Colômbia possuem em seus sistemas legais leis que resguardam a natureza e seus bens como sujeitos, baseando-se em conhecimentos indígenas dos povos andinos traduzidos como "bem-viver" ("sumak kawsay", na língua quéchua).

Em entrevista à Amazônia Real, refletindo sobre os direitos da natureza, Krenak também afirmou que "algumas nações dizem ter o privilégio de dominar a vida da Terra, e nós estamos dizendo que não, que a natureza tem os seus direitos e eles são anteriores a qualquer pretensão dos humanos. Porque nós, humanos, somos partes do corpo vivo da Terra".

Para Krenak, o Fospa permite não só discutir ideias, mas propagá-las para que mais pessoas se mobilizem em torno delas. "Precisamos fazer correr as palavras. Somos nós que temos que ter poder, a gente não tem que esperar o governo decidir nada. É a voz da Terra. Não somos administradores da Terra. No dia que ela se enjoar da gente, acabou! A Terra seguirá sem a gente."

Ailton Krenak defende a importância da promoção de ideias que orientem a Humanidade sobre seus compromissos com "Gaia" ou "Mãe Terra", como ele costuma denominar o planeta Terra – algo que ele já descreveu na recente obra, Ideias Para Adiar O Fim Do Mundo, publicada em 2019, pela editora Companhia das Letras.

"Anunciar esse compromisso com o direito da natureza amplamente difunde uma uma nova epistemologia sobre a cultura do homem, do humano e da natureza pra gente 'desmisturar' ou misturar essa coisa numa perspectiva diferente da mentalidade ocidental", resume o pensador indígena, referindo-se ao trabalho realizado pelo tribunal.

Os resultados preliminares do relatório apontam para o cenário de crise enfrentado historicamente pelo bioma Amazônia nos nove países onde ele está presente. Ele ressalta de que maneira as diferentes formas de destruição da natureza e da biodiversidade estão conectadas com a destruição dos povos originários e seus modos de vida tradicionais, que não só habitam ancestralmente os territórios amazônicos, mas são os responsáveis por manejá-lo de forma não predatória.

Ana Carolina Alfinito, advogada, pesquisadora da Rede Justiça Climática, destacou que o trabalho realizado pelo "Tribunal Internacional de Direitos da Natureza" é reunir informações e reflexões que indiquem a urgência de se pensar em uma "agenda transnacional de defesa dos direitos da natureza".

Ela, que também é uma das juízas que estiveram na comitiva que percorreu as cidades de Altamira, Anapu, Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, entre os dias 18 e 27 de julho, frisou que a base das indicações propostas pelo relatório é fruto das próprias vivências dos povos originários e tradicionais, que preconizam o respeito aos rios, às matas e aos seres humanos e não humanos que constituem os ecossistemas. As cidades visitadas pela comitiva sofrem há décadas

Foto: Divulgação/ Canal Curta.

os efeitos de hidrelétricas, da mineração e do agronegócio.

Também estiveram presentes na cerimônia de lançamento do relatório Blanca Chancosa, liderança indígena do Equador; Cormac Cullinan, advogado ambiental e diretor da Wild Law Institute, da África do Sul; lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Comissão Pastoral da Terra e Justiça nos Trilhos.

O documento apresentado pelo "Tribunal Internacional de Direitos da Natureza" resgata questões como o fato de que a Amazônia vive um ciclo de "ecogenocídio". O termo foi usado no relatório para definir os crimes cometidos contra a natureza e os seres vivos que nela habitam, e estão "imersos em uma atmosfera constante de destruição". As recomendações e o veredito, presentes no relatório, foram lidos pela advogada Ana Alfinito.

"São violações que atingem as paisagens, mundos, modos de vida. Roubos de terras públicas pelo capital em conluio com o Estado. Tudo é superlativo e delirante nesses territórios, inclusive as formas de violências e destruições", pontuou Alfinito. Ela também elencou os danos ambientais e as violações de direitos praticados pela mineradora Vale na região de Carajás, aos povos indígenas, quilombolas e campesinos.

Felício Pontes, procurador da República e coordenador da delegação de juízes do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza, lembrou das discussões que cercam a mineradora canadense Belo Sun, no Rio Xingu. A mineradora, que promete ser a maior planta minerária a céu aberto do Brasil, com foco na exploração de ouro, briga na Justiça pelo direito de se instalar entre as Terras Indígenas dos povos Arara e Jurunas.

"Só a bacia de rejeitos que eles pretendem construir é várias vezes maior que aquela que vitimou Mariana", lembrou Pontes, destacando os prováveis efeitos do empreendimento na região oeste do Pará.

O procurador fez questão de pontuar sobre as consequências da hidrelétrica de Belo Monte, que barrou o Rio Xingu, comprometendo sua vazão e a qualidade da água, além de interferir na reprodução de peixes. Esses recursos são fundamentais para a reprodução da vida das populações indígenas e ribeirinhas que deles dependem.

Segundo o documento, a Amazônia foi transformada em uma "zona de sacrifício global", ou seja, um local onde a morte e a destruição são permitidas, conforme explica a professora e pesquisadora Edna Castro, diretora do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (Naea/UFPA).

Castro e outros pesquisadores latino-americanos têm formulado e discutido essa categoria sociológica chamada de "zona de sacrifício", aplicada ao contexto dos grandes empreendimentos e do modelo econômico desenvolvimentista que desde a década de 1960 influencia as tomadas de decisões dos governos na América Latina.

"A exemplo da mineração, as empresas estabelecem formalmente, em seus estudos de risco, quantos quilômetros e quantas comunidades poderão ser devastadas por suas operações. Eles sabem a quem e ao que eles podem matar. São crimes que se acumulam contra a humanidade e contra a natureza", define a professora.

Segundo ela, este é um cenário que tem evoluído na Amazônia e nos países conectados ao bioma. "Essa também é uma decisão de Estado. É o Estado que permite e avaliza esse tipo de ação criminosa de mineradoras, do agronegócio e de tantos outros projetos de 'desenvolvimento'", conclui Edna Castro, fazendo questão de aspear a palavra "desenvolvimento".

Cícero Pedrosa Neto – Repórter multimídia e colaborador da agência Amazônia Real desde 2018. Atua em temas relacionados ao meio-ambiente, impactos socioambientais da mineração, populações quilombolas, populações indígenas e conflitos agrários. É fotógrafo, documentarista, roteirista, *podcaster* e mestrando em sociologia e antropologia pela Universidade Federal do Pará. (pedrosaneto@amazoniareal.com.br). Matéria publicada originalmente no site Amazônia Real https://amazoniareal.com.br/tribunal-internacional-direitos-natureza/.

Ilustração: Divulgação/ Ricardo Celma

O HOMEM QUE VIRAVA ONÇA

Glória Moura

Na comunidade Kalunga contam que havia um homem que de noite virava onça.

Uma vez, era uma noite de lua cheia, ele virou onça e matou uma novilha na fazenda do próprio filho.

Quando viu a novilha morta, o filho pensou:

– Isso é coisa de onça. Vou ficar aqui de tocaia para pegar essa onça.

Ele passou o dia e a noite esperando a onça aparecer novamente. De repente, ouviu um barulho de mato amassado. Era a onça que vinha devagarinho. Ele se preparou, armou a espingarda, mas quando a onça chegou perto ele percebeu que era seu pai e não atirou.

A onça fugiu espantada.

Quando o filho chegou em casa, o pai já estava lá. Ele disse:

– Pai, o senhor tem de parar com essa estória de virar onça. Hoje eu quase atirei no senhor. Foi por pouco. Eu sou um bom caçador de onça e quase matei o senhor.

O senhor mata minhas novilhas quando está virado em onça e me dá prejuízo. Vamos numa rezadeira para o senhor ficar livre desse encanto.

Assim fizeram. A rezadeira quebrou o encanto, e o pai nunca mais virou onça.

Glória Moura – Pesquisadora. Estória narrada por Joaquim de S. R., da Comunidade Kalunga/GO, e registrada pela pesquisadora Glória Moura em *Estórias Quilombolas*, MEC, ano 2000.

Educar para um mundo **socialmente sustentável**

A construção de um mundo socialmente sustentável é tarefa urgente e, na mesma medida, complexa. Embora pouco se fale, sustentabilidade vai muito além da coleta seletiva ou da reciclagem. O processo exige a reflexão sobre o consumismo, o fomento do emprego e da renda, o papel do Estado, a responsabilidade das empresas. Construir um mundo sustentável exige pensamento crítico, e por isso a educação se mostra como um dos pilares desse processo.

Para somar na construção de um mundo socialmente sustentável, o Sinpro-DF traz com um dos motes de luta para 2023 o **Educar para um mundo socialmente sustentável.** O objetivo é estimular as quase 700 unidades escolares do DF a desenvolverem projetos relacionados ao tema. Essa é uma das formas de colaborar para a formação

do pensamento crítico de estudantes e de toda a comunidade escolar.

Todos esses projetos terão visibilidade aqui na **Revista Xapuri, que vai abrir espaço para mostrar as diversas iniciativas que explorarão de forma crítica a construção de um mundo sustentável e, consequentemente, mais justo e cheio de esperança.**

Se você é professor(a) ou orientador(a) educacional da rede pública de ensino do DF, mande o projeto da sua escola para o email: imprensa@sinprodf.org.br. Não esqueça de colocar o nome da unidade escolar e telefone para contato. A Revista Xapuri é distribuída mensalmente em todo Brasil. São 5 mil exemplares impressos e 110 mil envios por mala direta. Participe e ajude a construir um mundo socialmente sustentável!

SINPRO DF ®
Filiado: CUT CNTE
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
43 ANOS
Centenário da SEMANA DE ARTE MODERNA
CUT CNTE

POVOS INDÍGENAS: NOSSOS MESTRES E DOUTORES

Leonardo Boff

Foto: Christian Braga/ISA

Com o assassinato recente do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips no vale do Javari amazônico e, mais que tudo, pelo abandono que sofreram por parte do atual governo, de viés genocida, por longo tempo, durante da pandemia do Covid-19 que, ao todo, deve ter custado a vida de cerca de mil indígenas, a questão dos povos originários ganhou as manchetes nacionais e internacionais.

Surpreendente, embora tardio, foi o pedido de desculpa do Papa Francisco em sua visita em julho ao Canadá, às famílias de crianças indígenas, arrancadas de seu meio e internadas em colégios católicos com muitas mortes. Eles não se contentaram com essa desculpa papal.

Uma das lideranças corajosamente disse ao Papa: "parem de nos fazer superar esta tragédia, queremos que nos entendam, que respeitem a nossa sabedoria ancestral, que favoreçam a nossa cura e nos deixem viver segundo as nossas tradições".

Algo semelhante disseram indígenas bolivianos por ocasião da visita do Papa João Paulo II: "a Bíblia que nos dão, entreguem-na aos europeus, pois eles precisam dela mais do que nós, porque foram eles que de forma desumanizadora nos colonizaram e quase nos dizimaram".

Nunca pagamos a dívida centenária que temos para com os povos originários brasileiros, latino-americanos e caribenhos. Eles são os hóspedes originários destas terras que lhes estão sendo invadidas e roubadas em função da voracidade dos madeireiros, do ouro e da mineração.

O CUIDADO COM TUDO O QUE EXISTE E VIVE

Agora que estamos sob um alarme ecológico planetário, sem saber que soluções encontrar face ao crescente aquecimento do planeta, descobrimos, finalmente, como eles com sabedoria tratam a natureza, o cuidado para com as florestas e a Mãe Terra.

Eles são nossos mestres e doutores no sentimento de pertença, de irmandade e de respeito por tudo o que existe e vive. Nutrem uma profunda concórdia entre eles e com a comunidade de vida, coisa que nós há séculos perdemos. Estamos sofrendo os danos irremissíveis de nossa devastação.

Ainda não tiramos as lições que Gaia, a Pacha Mama e Mãe Terra nos está dando com a intrusão do Covid-19. Buscamos volver à ordem anterior, justamente aquela que propiciou a irrupção de inúmeros vírus, o último, a varíola do macaco. Elenquemos alguns valores de seu modo de estar neste mundo natural.

INTEGRAÇÃO SINFÔNICA COM A NATUREZA

O índio se sente parte da natureza e não um estranho dentro dela. Por isso, em seus mitos, seres humanos e outros seres vivos convivem, e casam entre si. Intuíram o que sabemos pela ciência empírica que todos formamos uma cadeia única e sagrada de vida. Eles são exímios ecologistas.

A Amazônia, por exemplo, não é terra intocável. Em milhares de anos, as dezenas de nações indígenas que aí vivem interagiram sabiamente com ela. Quase 12% de toda floresta amazônica de terra firme foi manejada por eles, promovendo "ilhas de recursos", desenvolvendo espécies vegetais úteis ou bosques com alta densidade de castanheiras e frutas de toda espécie. Elas foram plantadas e cuidadas para si e para aqueles que, por ventura, por aí passassem.

Os Yanomami sabem aproveitar 78% das espécies de árvores de seus territórios, tendo-se em conta a imensa biodiversidade da região, na ordem de 1200 espécies por área do tamanho de um campo de futebol.

Para eles a Terra é Mãe do índio. Ela é viva e por isso produz todo tipo de seres vivos. Deve ser tratada com reverência e respeito que se deve às mães. Nunca se há de abater animais, peixes ou árvores por puro gosto, mas somente para atender necessidades humanas. Mesmo assim, quando se derrubam árvores ou se fazem caçadas e pescarias maiores, organizam-se ritos de desculpa para não violar a aliança de amizade entre todos os seres.

Essa relação sinfônica com a comunidade de vida é imprescindível para garantirmos o futuro comum da própria vida e o da espécie humana.

SABEDORIA ANCESTRAL

Conhecendo um pouco as diversas culturas indígenas, identificamos nelas profunda capacidade de observação da natureza com suas forças e da vida com suas vicissitudes . A sabedoria deles se teceu através da sintonia fina com o universo e da escuta atenta da linguagem da Terra. Sabem melhor do que nós casar o céu com a terra, integrar vida e morte, compatibilizar trabalho e diversão, confraternizar ser humano com a natureza. Nesse sentido eles são altamente civilizados, embora sua tecnologia seja finíssima, mas não contemporânea.

Intuitivamente, atinaram com a vocação fundamental de nossa efêmera passagem por esse mundo, que é captar a majestade do universo, saborear a beleza da Terra e tirar do anonimato aquele Ser que faz ser todos os seres, chamando-o por mil nomes: Palop, Tupã, Ñmandu e outros. Tudo existe para brilhar. E o ser humano existe para dançar e festejar esse brilho.

Essa sabedoria precisa ser resgatada por nossa cultura secularista e desrespeitosa das várias formas de vida. Sem ela dificilmente pomos limites ao poder que poderá destruir o nosso ridente Planeta vivo.

ATITUDE DE VENERAÇÃO E RESPEITO

Para os povos indígenas, bem como para alguns contemporâneos, como o recém falecido James Lovelock, o formulador da teoria da Terra como Gaia, tudo é vivo e tudo vem carregado de mensagens que importa decifrar.

A árvore não é apenas uma árvore. Ela se comunica por seus odores. Possui braços que são seus ramos, tem mil línguas que são suas folhas, une o Céu com a Terra por suas raízes e pela copa.

Eles conseguem, naturalmente, captar o fio que liga e re-liga todas as coisas entre si e com a Divindade. Quando dançam e tomam as beberagens rituais, fazem uma experiência de encontro com o Divino e com o mundo dos anciãos e dos sábios que estão vivos no outro lado da vida. Para eles, o invisível é parte do visível. Essa lição importa aprender deles.

A LIBERDADE, ESSÊNCIA DA VIDA INDÍGENA

Nos dias atuais a falta de liberdade nos atormenta. A complexidade da vida, a sofisticação das relações sociais geram sentimento de prisão e de angústia. Os povos indígenas nos dão o testemunho de uma incomensurável liberdade.

Baste-nos o depoimento dos grandes indigenistas, os irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas: "O índio é totalmente livre, sem precisar de dar satisfação de seus atos a quem quer que seja... Se uma pessoa der um grito no centro de São Paulo, uma rádio-patrulha poderá levá-lo preso. Se um índio der um tremendo berro no meio da aldeia, ninguém olhará para ele, nem irá perguntar por que ele gritou. O índio é um homem livre".

Essa liberdade é tão apresentada pela extraordinária liderança Krenak e por seus escritos, Ailton Krenak.

A AUTORIDADE, O PODER COMO SERVIÇO E DESPOJAMENTO

A liberdade vivida pelos indígenas confere uma marca singular à autoridade de seus caciques. Estes nunca têm poder de mando sobre os demais. Sua função é de animação e de articulação das coisas comuns, sempre respeitando o dom supremo da liberdade individual.

Especialmente, entre os Guarani se vive esse alto sentido da autoridade, cujo atributo essencial é a generosidade. O cacique deve dar tudo o que lhe pedem e não deve guardar nada para si. Em algumas tabas se pode reconhecer o chefe na pessoa de quem traz ornamentos mais pobres, pois o resto foi tudo doado. Nós ocidentais definimos o poder sob sua forma autoritária: "a capacidade de conseguir com que o outro faça aquilo que eu quero". Em razão desta concepção, as sociedades são dilaceradas permanentemente por conflitos de autoridade.

Imaginemos o seguinte cenário: caso o cristianismo, se tivesse encarnado na cultura social guarani e não naquela greco-romana, teríamos então padres pobres, bispos miseráveis e o papa um verdadeiro mendigo. Mas sua marca registrada seria a generosidade e o serviço humilde a todos. Então, sim, poderiam ser testemunhas d'Aquele que disse: "estou entre vós como quem serve". Os indígenas teriam captado essa mensagem como co-natural à sua cultura e, quem sabe, livremente aderido à fé cristã.

Como se depreende, em tantas coisas, reafirmo, os indígenas podem ser nossos mestres e nossos doutores, como se dizia dos pobres na Igreja dos primórdios.

Leonardo Boff – Teólogo, filósofo e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra.

Foto: divugação

BIA DE LIMA, BIA DE LUTA!

Zezé Weiss

Bia de Lima é dessas mulheres que espalham luz por onde passam. Outro dia em Formosa, em reunião com uma meia centena de profissionais de Educação, a pedagoga Bia, goiana de Jataí, especialista em educação brasileira pela Universidade Federal de Goiás (UFG), moveu corações e mentes em defesa da categoria, dos movimentos sociais e da democracia.

Carinhosa no trato, mas firme, muito firme, na defesa da plataforma de direitos da Educação goiana e das conquistas sociais da sociedade brasileira, a presidenta licenciada da CUT-Goiás e do Sintego, duas vezes vereadora em Jataí (1997–2001 e 2001–2004), Bia mantém a mesma energia, o mesmo vigor e a mesma paixão da estudante dos anos 1980, quando militou no Movimento Reviravolta e presidiu o Centro Acadêmico Paulo Freire da UFG.

Eleita três vezes para a presidência do Sintego, a última em 2021, com mais de 90% dos votos da categoria, Bia se orgulha muito da conquista da Lei do Piso, no governo Lula: "Nossa categoria lutou 200 anos para ter um piso salarial e, no seu governo, o presidente Lula sancionou a Lei. Mas é preciso muito mais, é preciso travar uma batalha constante para garantir que a Lei do Piso seja integralmente cumprida em nosso estado de Goiás".

E é para lutar, principalmente, em defesa dos direitos da Educação, que Bia de Lima aceitou o pedido da categoria e colocou seu nome à disposição para se candidatar a deputada estadual pelo PT-Goiás nas eleições de 2022. "Entro na disputa porque o Executivo goiano vem fazendo de tudo para destruir nossa carreira e é preciso mais gente na luta para lutar por nossos direitos", diz Bia.

Entretanto, a plataforma política de Maria Euzébia de Lima, que gosta muito do seu próprio nome porque homenageia suas duas avós, por nós conhecida como Bia, este apelido afetivo que nos conecta com a menina que começou seus estudos na zona rural de Serranópolis, vai muito além da Educação.

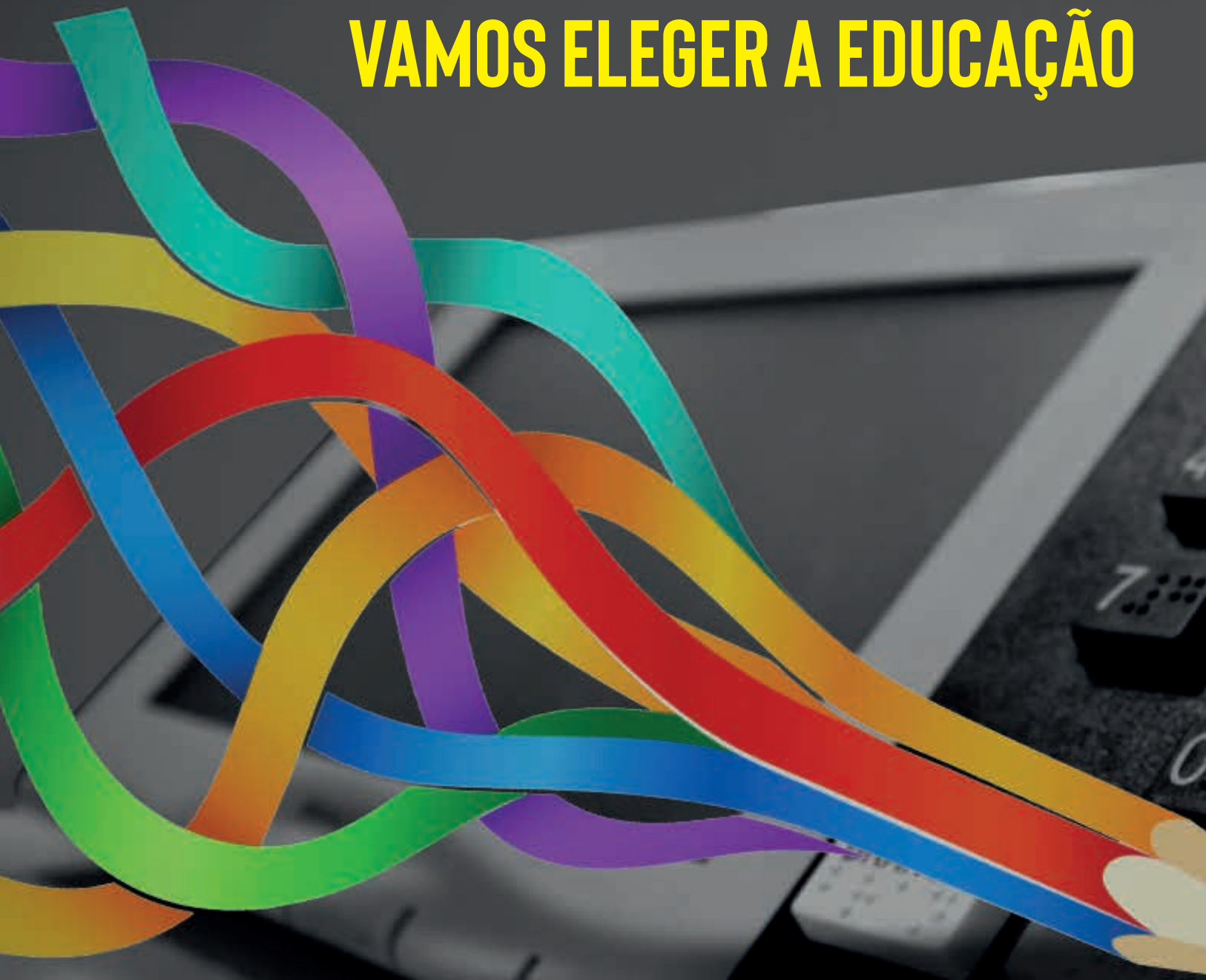
Militante orgânica das lutas antirracista, anti-homofóbica, antiviolência contra a mulher, Bia é também uma contundente defensora dos direitos das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, dos animais e da natureza. E, surpresa para muita gente, no programa de Bia prepondera, com destaque, a defesa da agricultura familiar.

Sim, em sua palestra em Formosa, Bia fez questão de falar sobre sua paixão pela luta do campo. "Sim, sou professora com muito orgulho, mas também sou uma pequena agricultora familiar e disso também me orgulho muito. É lá, na minha rocinha, que eu recarrego as energias para seguir lutando por dias melhores para as pessoas que lutam pela pequena agricultura no campo brasileiro."

Mãe do artesão Gustavo, militante inconteste da luta democrática, Bia segue sua jornada em defesa de dias melhores para Goiás e para o Brasil. Boa sorte, Bia!

Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental.

VAMOS ELEGER A EDUCAÇÃO



Nosso lema é Escola Pública, Gratuita, Democrática, Laica, de Qualidade Social e para Todos/as e precisamos escolher representantes públicos que defendam conosco esse projeto.

Conheça as pautas de interesse da educação pública e de seus profissionais, e promova um debate na sua escola e também com os candidatos e candidatas à Presidente/a, Governador/a, Senador/a e Deputados/as Federais e Estaduais.

COMO PRIORIDADE!

Acesse à última edição
do Jornal Mural da CNTE

CNTE® Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br
Brasil

Filiada à CUT BRASIL
Internacional da Educação
CEA
FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

XAPURI
CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **360**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **600**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**